

O discurso sobre sexualidade e o ensino de Ciências nos documentos curriculares nacionais (1997/1998)

The discourse about sexuality and the Science education in Brazilian syllabus documents (1997/1998)

Joana Viana de Barros

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)
joanavbarros@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é uma análise prévia da pesquisa Memória do discurso escolar sobre sexualidade nos materiais didáticos de Ciências e tem o intuito de contribuir para a compreensão deste discurso nas séries finais do ensino fundamental. O estudo parte da leitura exploratória dos documentos curriculares nacionais publicados no período 1997/1998 que apresentam a sexualidade como tema transversal e propõem uma abordagem transdisciplinar desta. A proposta didática para o ensino da sexualidade no contexto da disciplina de Ciências envolve uma abordagem tradicional e uma abordagem multidimensional, que relaciona a sexualidade em outras dimensões que não biológicas. Estas abordagens podem ser compreendidas no bojo da dualidade corpo/organismo. O discurso curricular sobre sexualidade articula valores, conhecimento e os sujeitos envolvidos no processo pedagógico. A relação entre os autores dos textos curriculares e os sujeitos docentes se configura na perspectiva ideológica ambígua de aliança e de regulação do discurso escolar.

Palavras chave: Sexualidade, Ensino de ciências, discurso curricular

Abstract:

The current paper is a prior analysis of the research Memory of the school discourse on sexuality in Sciences' syllabus material and aims to contribute to the understanding of the discourse held in the final grades of fundamental education. The study is based on the reading and analysis of the discourse in the syllabus documents published nationwide in the period 1997/1998 which present sexuality as a transverse theme and propose a transdisciplinary approach to it. The didactic proposition for teaching sexuality within the context of the Sciences' syllabus involves a traditional approach and a multidimensional one, which relates sexuality to other non-biological dimensions. These approaches can be understood by the body/organism duality. The syllabus discourse on sexuality articulates values, knowledge and individuals involved in the teaching process. The relationship between the authors of the textbooks and the teaching personnel is configured on an ambiguous ideological perspective of alliance and regulation of the school discourse.

Key words: Sex education, Science education, syllabus discourse

Introduzindo a questão

De acordo com os programas curriculares das disciplinas dos sistemas de ensino fundamental, o discurso sobre sexualidade esteve inserido predominantemente na disciplina Ciências (Altman 2006), ainda que de forma restrita ao aspecto biológico (Macedo 2005). Essa inserção se justifica na relação desse tema com a reprodução e da associação desta com uma fase do ciclo biológico. No entanto, propostas curriculares divulgadas na última década do século passado evocam uma nova concepção do discurso sobre sexualidade nas escolas: o termo é usado em sentido ampliado ao considerar “a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural” (BRASIL^c 1998 p. 295). Estas propostas convocam uma nova inserção do tema para além dos limites disciplinares das Ciências Naturais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, aqui denominados documentos curriculares, foram elaborados no período 1997/1998 pelo Conselho Nacional da Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação (MEC), respectivamente, com o objetivo de atender a perspectiva constitucional de “formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). O presente estudo, parte inicial da pesquisa *Memória do discurso escolar sobre ensino da sexualidade nos materiais didáticos*, procura compreender as dimensões práticas e pedagógicas contempladas nestes documentos ao considerar o discurso curricular sobre sexualidade um importante parâmetro de consolidação do discurso escolar sobre o tema.

A investigação

Este estudo se insere na proposta metodológica da Análise do Discurso da linha francesa com a construção e a aplicação de um dispositivo de análise em fragmentos de textos previamente selecionados a partir da leitura exploratória dos documentos curriculares mencionados acima. O dispositivo de análise vai procurar, na fronteira da descrição e da interpretação da materialidade discursiva, as filiações ideológicas do sujeito-autor e, assim, construir a memória da rede de sentidos que foi sendo criada no período em questão.

Segundo a metodologia da análise do discurso as condições de exterioridade, como as condições de produção, são parte constituinte da construção do próprio discurso. No presente estudo, as condições de produção serão consideradas em seu contexto imediato, compreendendo a situação e não a sua historicidade. Neste sentido, no período da produção dos documentos curriculares havia uma demanda por uma ingerência dos currículos nacionais pelo governo federal já sinalizada pela Constituição Federal (BRASIL 1988), e pela Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (1996), a LDB (1996) que também proclamava “a progressiva autonomia pedagógica e administrativa” das instituições escolares.

Para Orlandi (2001) a função autor é, das dimensões do sujeito, aquela que está mais determinada pela exterioridade e mais afetada nas coerções sociais pelas exigências de coerência, não contradição e responsabilidade. No presente estudo é importante destacar que a

elaboração dos documentos analisados foi um empreendimento coletivo, publicado e divulgado sob o signo institucional do Estado. Este dado tornaria, a princípio, mais diretas as filiações ideológicas dos sujeitos do saber. Para a AD o sujeito do discurso é essencialmente uma representação na qual o sujeito tem a ilusão de ser origem do seu discurso sendo que, no entanto, ele é interpelado ideologicamente e o seu discurso, estruturado pelo inconsciente. De acordo com Authier (1982, apud Indursky 1997) a formação discursiva é invadida por elementos que vêm de outros lugares e aí instauram a heterogeneidade.

Segundo Pêcheux, a partir da leitura de Althusser, os Aparelhos Ideológicos do Estado não são a expressão da ideologia dominante, mas locais onde as ideologias são realizadas e se realizam. Os rituais constituem dispositivos reguladores das práticas ideológicas em que a sua própria origem manifesta o reconhecimento de que “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura” (Pêcheux, 1990). Embora o uso do conceito ideologia seja considerado hoje problemático para alguns autores, porque é pouco elusivo e fundamentado na ideia de antagonismo social (Žizek, 1996), considero aqui que esta ainda vigora assim como a forma de lidar com este antagonismo em que a realidade é regulada pela função simbólica.

Entendendo que o discurso científico escolar atende a uma das dimensões do discurso sobre a sexualidade, a biológica/reprodutiva, o presente trabalho procura nas formações discursivas interiores e exteriores ao discurso científico os elementos que contribuem para a instauração do discurso sobre sexualidade nas escolas. Em que sentido o discurso científico escolar é adaptado a este programa maior, que insere novos saberes, especificamente relacionadas à sexualidade, no campo do currículo?

Desenvolvendo a questão

As propostas pedagógicas emanadas pelo MEC e pelo CNE evocam a inclusão de temas equivalentes e as suas articulações com as disciplinas tradicionais. Segundo os documentos esta articulação deve ser feita de forma transversal (PCN) e inter/transdisciplinar (DCN) com o objetivo de construir uma aprendizagem significativa a partir da aproximação da prática pedagógica às questões cotidianas mais urgentes sob o princípio da cidadania. A leitura exploratória dos PCNs compreendeu a leitura de quatro volumes, nas versões impressas e digitais, enquanto a leitura das DCNs se ateu à Resolução CEB 02/98 e ao Parecer CEB 04/98, de modo que os *corpora* linguísticos dos dois documentos apresentam características significativamente diferentes no que se referem a sua extensão e intenção discursiva.

Os PCNs (1997/1998) para o ensino fundamental se apresentam como uma extensa proposta curricular composta de diretrizes axiológicas e orientações metodológicas para cada área de conhecimento (disciplinas) e temas transversais. Estes documentos identificam os temas transversais como “questões urgentes que interrogam sobre a vida humana”. (BRASIL^b, 1998). A adoção do conceito transversalidade parte da premissa da complexidade do real a partir da consideração “de seus diferentes e contraditórios aspectos” e diz respeito à possibilidade de estabelecimento da aprendizagem sobre a realidade na/da realidade (BRASIL^a, 1998).

As DCNs apresentam como proposta curricular a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada. A Base Nacional Comum representa as disciplinas básicas e a Parte Diversificada, nomeada Vida Cidadã, foi inserida a partir da perspectiva de contextualização e

de enriquecimentos do “conhecimento e valores” a serem ensinados. A Sexualidade é um dos temas da matriz diversificada. O documento Parecer CEB 4/1998 deixa claro que esses conteúdos complementares devem ser escolhidos por cada sistema de ensino e estabelecimentos escolares. Dessa forma, esta proposta evidencia o caráter flexível da sua matriz em que os conteúdos das disciplinas/temas não são apresentados. Seguindo o mesmo princípio da flexibilidade, este documento menciona a transdisciplinaridade no mesmo nível da interdisciplinaridade, ambas como alternativas de articulação entre a base comum curricular e a parte diversificada, mas não se atém em detalhar os seus conceitos.

A acepção do termo *Orientação Sexual* como tema transversal dos PCNs, se aproxima do conceito de sexualidade já que não se refere exclusivamente a questões de gênero, como seria possível interpretar. Nunes & Silva (2006) consideraram positiva a iniciativa de inclusão do tema *Orientação sexual* no âmbito da transversalidade e em articulação com a questão da cidadania. No entanto, há algumas precariedades na operacionalização desta proposta, entre elas a falta de uma política de formação de professores em sexualidade humana e a própria flexibilidade do projeto. Com relação a esta última característica, Miranda (2012) ressalta a possibilidade de omissão no caso de nenhum professor apresentar interesse em desenvolver o tema. De fato, o interesse de um professor é apenas o primeiro passo para o trabalho na escola pois, segundo indicação do próprio documento, para que isso se realize é necessário o apoio dos demais profissionais e uma aliança com as famílias.

Dois pressupostos da transversalidade são importantes aqui: que o tema “atravessa” as disciplinas da matriz curricular e que ele perpassa os segmentos de ensino da educação básica. Com relação ao primeiro, está implicada uma abertura dos professores a outros discursos. Com relação ao segundo, a concepção de que a sexualidade deve ser mediada continuamente e sem restrição a um período da escolaridade é importante, principalmente quando consideramos as contribuições da psicanálise a este campo de saber. No entanto, ao professor de Ciências do 8º ano do ensino fundamental, que ensina a Reprodução Humana como determina a matriz curricular há algumas décadas, que elementos próprios do discurso da sexualidade não de surgir no seu campo de discurso? Há questões que sempre estiveram no discurso científico escolar e outras, que surgem e estabelecem novas relações com os saberes consolidados.

Neste estudo proponho que ensaie-se no ensino de Ciências o direcionamento para um discurso em que as concepções e os valores dos alunos tencionam o discurso científico para uma abordagem sociocultural da sexualidade. Neste sentido, a respeito dos “fatos, conceitos, valores e habilidades a serem trabalhados no ensino de Ciências no segundo ciclo”, verificou-se a coexistência de elementos tributários de uma abordagem “tradicional” da reprodução e de elementos tributários de uma abordagem “multidimensional” da sexualidade no discurso, conforme destacado a seguir.

“Comparação dos principais órgãos e funções do aparelho reprodutor masculino e feminino, relacionando seu amadurecimento às mudanças no corpo e no comportamento de meninos e meninas durante a puberdade e respeitando as diferenças individuais (*abordagem tradicional*); Estabelecimento de relações entre aspectos biológicos, afetivos e culturais na compreensão da sexualidade e suas manifestações nas diferentes fases da vida (*abordagem multidimensional*) (BRASIL^a 1997 p. 100)”

No volume de *Orientação Sexual* (1997) “o corpo: matriz da sexualidade”, é um dos blocos de conteúdos a serem trabalhados transversalmente.

“Para a compreensão da abordagem proposta no trabalho de Orientação Sexual, deve-se ter em mente a distinção entre os conceitos de organismo e corpo. O organismo se refere ao aparato herdado e constitucional, a infra-estrutura básica biológica dos seres humanos. Já o conceito de corpo diz respeito às possibilidades de apropriação subjetiva de toda experiência na interação com o meio. O organismo atravessado pela inteligência e desejo se mostrará um corpo. No conceito de corpo, portanto, estão incluídas as dimensões da aprendizagem e todas as potencialidades do indivíduo para a apropriação das suas vivências” (BRASIL^b1997, p.139)

Considero aqui a abordagem do corpo e do organismo em paralelo com a abordagem biológica e multidimensional da sexualidade em que o corpo é a matriz da sexualidade e o organismo, a matriz das funções vitais e da reprodução, inclusive. É possível considerar que há um efeito de determinação discursiva no conceito *organismo* enquanto campo de estudo do *corpo dos seres vivos* pelas Ciências Biológicas. Por isso a importância do determinante *humano* que acompanha o nome *corpo* nos títulos das edições dos materiais didáticos. O termo *corpo* é indexado em diversas formações discursivas e com pouco efeito de determinação quando não é devidamente contextualizado. Para Indursky (1997) a determinação discursiva de um nome consiste em saturar-lhe o significado para qualificá-lo a integrar certas sequências discursivas.

Os autores dos PCNs entenderam como uma possibilidade para a disciplina de Ciências a incorporação da matriz do corpo, ao mesmo tempo em que o discurso dessa disciplina se mantém fiel à matriz do organismo. Neste sentido, o texto transcrito e editado atribui uma ampliação da matriz organismo para a matriz do corpo no contexto do ensino de Ciências.

“As questões sobre sexualidade que muito provavelmente surgirão (*no ensino de Ciências*), merecem ser trabalhadas. Assuntos como a construção da identidade sexual, o prazer, a masturbação e demais aspectos são abordados levando-se em conta os componentes biológicos e culturais. **É importante que o professor (de Ciências) esteja atento a explicitar os aspectos culturais envolvidos, buscando evitar preconceitos e responder dúvidas, valorizando os vínculos entre afeto, responsabilidade, sexualidade e auto-estima.** É também da maior importância que o grau de maturidade psíquica e biológica da classe seja parâmetro no aprofundamento das respostas ou investigações acerca desses assuntos” (BRASIL^a 1997 p. 99).

Na Resolução CEB 02(1998) as DCNs para o ensino fundamental se apresentam como “um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos da educação básica” organizadas segundo os eixos de princípios “éticos, políticos e estéticos”. A respeito da sexualidade, as DCNs não se detêm, especificamente, apesar de reconhecer a sua importância na inserção da matriz diversificada. Pela característica inerente a este discurso, restrito ao político e regido pelo princípio da flexibilidade, as propostas pedagógicas nele contidas não são descritas.

A partir da análise dos dois documentos curriculares considero que há divergências políticas e ideológicas entre eles no que tange à competência do governo federal na elaboração da proposta curricular; enquanto os PCNs primam pelo detalhamento, as DCNs são elaboradas a partir do princípio da autonomia das instituições escolares na definição de

seus projetos pedagógicos. No entanto, esses dois documentos encontram um espaço de convívio, já que ambos possuem origem e finalidade comuns e uma proposta pedagógica consensual. Com relação a essas linhas de convergência destaco aqui: a flexibilidade na adoção da Parte Diversificada/Tema Transversal, a relevância social do tema Sexualidade/Orientação Sexual e, não menos importante, a inclusão do tema dentro da proposta de articulação com as demais disciplinas da matriz curricular.

Os textos dos dois documentos curriculares seguem a princípio de “preparo para o exercício da cidadania” (LDB1996; BRASIL 1988). De acordo com os PCNs cidadania é definida “como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, *respeitando o outro e exigindo para a si mesmo respeito*. (BRASIL^a 1998, p. 6). As DCNs mencionam a importância dos PCNs como elemento norteador no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos, *respeitando a diversidade cultural, regional, étnica e religiosa*. A ressalva com relação ao *outro* e à *diversidade* pelos dois documentos, reflete a importância da apreciação desses conceitos na compreensão da cidadania como princípio pedagógico.

Os valores são compreendidos como conjunto de crenças que norteiam as nossas ações e “possibilitam fazer um juízo crítico sobre o que se torna objeto de análise” (BRASIL^a 1998). Por outro lado, nos dois documentos curriculares os valores são apresentados como objeto da aprendizagem junto com os “conhecimentos”, nas DCNs, e com os “fatos, conceitos e habilidades”, nos PCNs. Estas colocações nos levam a interpretação de que os valores devem ser ensinados aos alunos. A partir da análise de fragmentos dos documentos curriculares é possível identificar duas alternativas possíveis no tratamento pedagógico dos valores: eles podem ser transmitidos aos alunos e o universo de valores dos alunos pode ser considerado para o estabelecimento de relações com as áreas de conhecimento. Há os valores dos professores e há os valores dos alunos, nem sempre concordantes. Ao longo de sua vida o adolescente já construiu um universo de valores próprio decorrente de sua convivência na sua família e na sua comunidade. Neste sentido como ensinar valores que estabelecem uma oposição de qualquer tipo com os valores dos alunos?

Pesquisas em ensino de Ciências destacaram a importância do conhecimento prévio dos alunos na construção ativa de conhecimentos científicos em consonância com o pensamento construtivista e operando segundo a lógica de ruptura epistemológica de Bachelard (Mortimer 2000). No entanto, enquanto os conceitos científicos costumam ter um índice de determinação, são fechados às interpretações e, em grande medida, imunes aos dissensos, os valores se apresentam como um contexto subjetivo, simbólico e cultural e constituem uma das formas de representação do *outro* para o processo pedagógico. Em suma, a abordagem metodológica para o ensino de conceitos científicos não é necessariamente aplicável para o ensino de valores a eles associados, a menos neste caso. Aqui é importante lembrar que o termo sexualidade é multidimensional e que, por isso, o seu ensino não poderia evitar o contato com o simbólico e o cultural que estão presentes nas sexualidades dos indivíduos, mesmo que estes sejam adolescentes.

De acordo com o volume Orientação Sexual (BRASIL, 1998) a atuação da escola com relação aos valores associados à sexualidade não deve ter um caráter impositivo, cabendo ao professor mediar esse encontro de valores de forma dialógica e não disruptiva.

“A escola não substitui nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, **sem a**

imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos.

Como um processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos”. (BRASIL^b 1998 p.67)

A particularidade da produção do discurso sobre sexualidade na família, onde o silêncio é significativo, deve ser levada em consideração na intervenção pedagógica. Nesta, o universo de valores dos alunos, os valores dos professores e os conhecimentos científicos devem estar associados em uma correlação dialógica. O texto destacado acima enfatiza que no que tange à *intervenção pedagógica* no escopo do tema sexualidade, as informações são transmitidas enquanto os valores a ela associados são problematizados, deixando clara a distinção na atuação do professor no que tange à informação, de cunho científico, e aos valores, de cunho social e subjetivo. No entanto em outros trechos do documento que não tratam especificamente da sexualidade os valores podem (e devem) ser transmitidos aos alunos, o que nos remete aos efeitos de deslizamento de sentido em função das diferentes situações pedagógicas.

À guisa da conclusão

Não podemos prescindir de uma análise do destino dos documentos aqui analisados às práticas discursivas realizadas na instituição escolar (um Aparelho Ideológico do Estado, por excelência). Estas práticas pedagógicas são ideológicas porque são discursivas e porque estão submetidas a rituais próprios que procuram regularizá-las no controle das falhas possíveis. Os documentos curriculares, os PCNs principalmente, dirigem-se aos profissionais da educação na perspectiva tanto de aliança como de regulação. No efeito de aliança há o apoio ao professor nas questões descritas; as suas práticas pedagógicas. O efeito regulador do discurso representa *o que pode ser dito* e *o que não pode ser dito*, segundo os sujeitos-autores, tanto na forma de proibições como de omissões. No entanto, nem tudo está instituído nas instituições e, mesmo o que está, não está livre dos acontecimentos que rompem com os discursos estabelecidos e regularizados.

A transversalidade pressupõem o diálogo entre os domínios de saberes. Figueiró (2006) considera positiva a dispersão que a abordagem transversal propõe ao trabalho docente. O discurso científico escolar pode dar conta de uma nova abordagem dos seus conceitos, atualizando o seu papel no processo formativo no que tange ao ensino da sexualidade. Neste contexto, ao propor a problematização de valores, novas perspectivas de concepção de verdade referentes ao discurso do outro devem ser apropriadas para o tratamento do tema. Por fim, a partir da compreensão do discurso científico escolar à luz das ressignificações no uso dos termos organismo/corpo e conhecimentos/valores podemos inferir que este se filia a uma rede discursiva de formação de sentido que atende parcialmente a perspectiva do discurso sobre sexualidade conforme manifesto nos PCNs.

Referências Bibliográficas

ALTMANN, H. Sobre a educação sexual como um problema escolar. Linhas (UDESC) Cont.

ISSN 1984-7238 Linhas (Florianópolis. Online), v. 7, p. 3, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASILa. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 134 p

BRASILb. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 161 p

BRASILa. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. 1998.

BRASILb. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASILc. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : Volume 10.5 Orientação sexual**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf> Acessado 13 mai 2013 10h40m

BRASILd. Parecer CEB Nº 04, de 29 de janeiro de 1998. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**.

BRASILE. Resolução CEB Nº 02, de 7 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

FIGUEIRÓ, M.N.D. **Formação de educadores sexuais, adiar não é mais possível**. Londrina, PR: Eduel. 2006. 328 p.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Ed. UNICAMP. 1997.

MACEDO, E. Esse corpo é o meu? In: MARANDINO, M.; SELLES, S.E.; FERREIRA, M. S.; AMORIM, A. C. R. (orgs) **Ensino de Biologia: conhecimentos e valores em disputa**. Niterói: Eduff, 2005. 205 p.

MIRANDA, M. A. G. C. A abordagem da sexualidade no Currículo de São Paulo. VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências. 2012. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1001-2.pdf>, acessado em 29 set 2013. 18h47m

MORTIMER, E. F. Linguagem e formação de conceitos no ensino de Ciências. Belo Horizonte; Ed. UFMG. 2000. 383 p.

NUNES, C.A.; SILVA, E. **A Educação Sexual da criança, subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade além da transversalidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 133p.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001. 100 p.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Cad. Est. Ling., Campinas (19): 7-24. 1990.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, SLAVOJ (org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996. 337 p.